

# PROMESSA DE COMPRA E VENDA

## EXECUÇÃO ESPECÍFICA

QUITAÇÃO DAS PARCELAS — CONTRATO DE ADESÃO - CONSÓRCIO - ART. 920/CC - ART. 412/NCC - LEI 10.406/02

### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ...., (qualificação) portador da Cédula de Identidade/RG nº...., residente e domiciliado na Rua ... nº ....., na Cidade de ....., Estado do ..., através de seu procurador e advogado "in fine" assinado, devidamente inscrito na OAB do ....., sob o nº ....., com escritório profissional na Cidade de ....., Estado do ....., na Rua ... nº ....., onde recebe intimações e notificações, vem respeitosamente perante V.Exa., propor na forma do art. 282 e seguintes da Lei Adjetiva Civil, a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, contra ....., (qualificação) portador da Cédula de Identidade/RG nº ....., residente e domiciliado na Rua ... nº ....., na Cidade de ....., Estado do ....., pelos motivos e fatos que passa a expor. OS FATOS O ora Requerente em data de ... de ... do ano de ....., conforme se infere dos documentos inclusos, firmou com a Requerida um contrato de adesão sob o nº ....., Grupo ....., cota sob nº ....., para a aquisição de um veículo tipo automóvel, marca ....., no plano de pagamento de 24 meses. O Requerente efetivou a liquidação total das 24 parcelas devidamente em dia e em conformidade com as normas estabelecidas através do contrato de adesão como comprovamos através dos recibos anexos e como abaixo segue discriminadamente: 1º pagamento: .../.../... - R\$ .... 2º pagamento: .../.../... - R\$ .... 3º pagamento: .../.../... - R\$ .... 24º pagamento: .../.../... - R\$ .... No referido contrato de adesão firmado pelo Requerente verifica-se que as prestações mensais devidas pelo consorciado são em número de 24 (vinte e quatro), e as mesmas foram devidamente quitadas e atualizadas em conformidade com os recibos anexos bem como com o DEMONSTRATIVO DE DILATAÇÃO E REAJUSTE DO SALDO DE CAIXA (docs. anexo). Atendendo as cláusulas e condições do contrato de participação no Grupo ....., Cota ....., o Requerente cumpriu integralmente a obrigação e pagou as 24 (vinte e quatro) prestações mensais correspondentes. E assim sendo, o Requerente solicitou à empresa Requerida a devida Carta de Crédito do veículo questionado: Automóvel ....., e foi surpreendido com a oferta de 50% (cinquenta por cento) como pagamento do veículo. O DIREITO O Requerente, por conseguinte, tem direito, pretensão e ação, no sentido de obter da Requerida o veículo, questionado ou o equivalente em dinheiro, isto porque o mesmo cumpriu na íntegra as cláusulas do contrato de adesão e quitou todas as prestações (24) vinte e quatro com os devidos reajustes exigidos. O art. 3º, do Código de Processo Civil, aplica-se à espécie, atendidos os requisitos do art. 274 e 276 do mesmo Código. A relação jurídica estabelecida entre as partes contratantes, sem dúvida, constitui ato jurídico perfeito e que gera o direito adquirido, consoante dispõe o art. 5º inciso XXII e XXXVI, da Lei Magna, que é garantia consagrada para a segurança das pessoas. Desde que o contrato de adesão firmado pelo Requerente foi devidamente cumprido na íntegra e a Requerida vem sorrateiramente com propostas indevidas no sentido que ofertou ao Requerente o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do preço do veículo, constante do contrato de adesão, desta maneira a atitude da Requerida, vem a ferir o aludido texto constitucional, além de afrontar o art. 6º, § 2º da Lei de Introdução ao Código Civil. Ademais, pela melhor exegese do art. 122 do Código Civil, sabe-se que, na relação jurídica subjacente, dentre as modalidades do ato jurídico perfeito e acabado, impossível é admitir como válida a condição sujeita ao arbítrio exclusivo de uma das partes. No caso em tela a negativa da Requerida em entregar ao Requerente o veículo questionado é uma atitude unilateral e arbitrária, apesar do contrato de adesão ter a característica de sinalagmático. Desta forma o Requerente tem o direito a obter da empresa Requerida a devida carta de crédito do veículo constante no preâmbulo destas laudas. O PEDIDO Na exposta conformidade, respeitosamente o Requerente propõe perante Vossa Excelência a presente Ação Ordinária de Cobrança,

esperando que se digne deferir a petição inicial, ordenando a citação da empresa Requerida, a fim de que venha, querendo respondê-la, sob pena de revelia e confissão, acompanhando-a até final sentença de mérito, e a condenação da empresa Requerida a entregar ao Requerente o veículo questionado ou o equivalente em dinheiro, custas processuais e honorários advocatícios na base usual de 20% sobre o valor da condenação. Em se tratando de matéria